

PERSEGUIÇÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL PAULISTA

1. O movimento estudantil durante a ditadura militar

Os estudantes organizados tiveram um papel político de luta fundamental contra a ditadura militar. Foram às ruas protestar, participar de passeatas, integraram movimentos de luta armada, distribuíram panfletos, lutaram, enfim, contra o sistema repressivo vigente naquele momento. A participação dos estudantes foi expressiva, sendo que eles constituem uma grande parte dos mortos ou desaparecidos políticos brasileiros. Segundo estudo feito pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” das 436 pessoas que constam no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 125 eram estudantes¹.

Desde o primeiro momento com a implantação da ditadura militar, o movimento estudantil foi perseguido.

Maria Paula Araujo afirma que no dia 31 de março de 1964 a direção da UNE e os membros do Centro Popular de Cultura (CPC)² decidiram ficar de vigília na sede da UNE. A certa altura da noite a sede da UNE foi metralhada e a direção da

¹ A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo fez um levantamento com base nos 436 nomes de mortos e desaparecidos políticos constantes do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, com o fim de verificar a condição política em que a pessoa se enquadra (morto/desaparecido político), o ano da morte ou desaparecimento; profissão; sexo; idade; organização política; local da morte ou desaparecimento; cidade, Estado e país natal; local da morte. OLIVEIRA, Clarissa. Trabalhadores, jovens e até bebê foram vítimas da ditadura. Disponível: <<http://poderonline.ig.com.br/index.php/2013/02/05/trabalhadores-e-jovens-foram-os-principais-alvos-da-ditadura/>>. Acesso em 29/09/2014.

² Segundo Aldo Arantes, presidente da UNE nos anos de 1961-1962: “O Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE foi uma importante iniciativa que contribuiu com a formulação de uma arte comprometida com a realidade brasileira. Exerceu importante influência sobre o movimento artístico e cultural do país, e deu importante contribuição ao processo de politização do movimento estudantil. (...) O CPC surgiu da confluência entre artistas que queriam levar para o grande público sua produção artística voltada para os problemas brasileiros. E a UNE pretendia incorporar à sua atividade a cultura como forma de veicular suas bandeiras de luta. Sua organização inicial ocorreu na gestão 1960-1961. Mas a sua consolidação e seu pleno desenvolvimento ocorreram na gestão 1961-1962, da qual fui presidente. (...) Participaram do departamento de Teatro do CPC, durante a gestão 1961-62, Oduvaldo Vianna Filho, Chico de Assis, Eduardo Coutinho, Flávio Migliacio, Cecil Thiré, Francisco Milani, Joel Barcelos, Carlos Verezza, Helena Inês, entre outros. Além da apresentação das peças na UNE Volante, elas eram apresentadas em sindicatos, praças e estações de trem. (...)”. ARANTES, Aldo. Alma em fogo: memórias de um militante político. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013, p. 79-81.

UNE entrou em contato com o Comando da Aeronáutica do Rio de Janeiro que enviou soldados para defender o prédio. Ferreira Gullar conta que esse grupo que estava em vigília decidiu se revezar: uma parte iria para casa dormir e outra ficaria na sede da UNE, sendo que um grupo de cerca de trinta pessoas permaneceu no local. Mas felizmente esse grupo não estava mais no local quando a sede foi incendiada e depredada por grupos direitistas³.

Com a instauração do regime militar a primeira providência foi a destruição do prédio da UNE e a colocação da entidade na ilegalidade, afirma Maria Aparecida Aquino⁴. A destruição do prédio da UNE ocorreu já no dia 01 de abril, quando militantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ⁵ queimaram o prédio localizado na Praia do Flamengo, nº 132.

No dia 1º de abril dois estudantes são mortos por soldados do Exército em Recife; em Belo Horizonte o DCE e a UNE são fechados e muitos estudantes são presos; no Rio de Janeiro soldados da polícia entram em choque com estudantes nas proximidades da Faculdade Nacional de Direito, causando sete feridos e um morto; em Brasília uma passeata é dissolvida por tropas do Exército⁶.

A resistência foi desarticulada desde o início. Daniel Aarão Reis Filho relata que:

(...) Não houve nenhuma ação contra aquela situação que estava se desenhando. Não houve, no movimento estudantil, nenhuma articulação, nenhuma manifestação. Foi uma coisa muito impressionante! Eu atribuo isto ao fato de que as grandes majorias ali, embora muito penetradas pelo nacionalismo e pelo reformismo, não estavam dispostas a se arriscar para salvar o governo Jango. Foi uma coisa muito melancólica. A vitória do golpe me despertou muito inconformismo, aquele desmoronamento, aquela derrota sem resistência. E isso eu tenho impressão que foi muito compartilhado pela minha geração politizada de esquerda⁷.

Jacob Gorender menciona o fato de que em uma conferência relativa ao aniversário do PCB realizada no dia 27 de março de 1964 na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Luiz Carlos Prestes, afirmou que não haveria condições favoráveis a um golpe reacionário, mas que se este viesse “os golpistas

³ ARAUJO, Maria Paula. Obra citada, p. 150.

⁴ AQUINO, Maria Aparecida. Nós que amávamos tanto a revolução. *In*: Memória do Movimento Estudantil. Coleção Memória Social. São Paulo: Museu da República, 2005, p. 32.

⁵ A informação que os responsáveis pela destruição do prédio foi o CCC é de Franklin Martins, no texto “Movimento estudantil como movimento social” *in* Memória do Movimento Estudantil, obra citada, p. 94.

⁶ FÁVERO, Maria de Lourdes de. Maria de Lourdes de A. A UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 48.

⁷ ARAUJO, Maria Paula. Obra indicada, p. 153.

teriam as cabeças cortadas”. No dia 29 de março a afirmação foi repetida em uma festa no Estádio Pacaembu. Isso contribuiu para o desestímulo de qualquer reação por parte dos militantes⁸.

No dia 04 de junho de 1964 o ministro da Educação (Flávio Suplicy de Lacerda) sugere ao chefe de governo o envio de mensagem ao Congresso Nacional extinguindo a UNE, a União Metropolitana de Estudantes (UME), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), as Uniões Estaduais de Estudantes Secundários e outras entidades de representação estudantil de grau superior e médio e substituindo por uma estrutura mais controlada pelas autoridades: o Diretório Acadêmico (DA) em cada faculdade; o DCE em cada Universidade; o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de Estado ou território onde existisse mais de uma universidade, ou uma universidade e um ou mais estabelecimentos isolados de ensino superior⁹.

Os estudantes reagiram a sugestão de fechamento de suas entidades por meio de um telegrama de Antonio Figueira Filho, presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME) do Rio de Janeiro, a Castelo Branco, pedindo que ele não aceitasse a sugestão de seu ministro. A atitude dos estudantes foi uma tentativa de diálogo com as novas autoridades, sugerida por uma parte das lideranças que escapara à repressão e que se encontrava em atividade sob o comando da UME apoiada por 3 Uniões Estaduais Estudantis (Pernambuco, Paraná e MG)¹⁰. Mas o diálogo não deu certo e no dia 27 de outubro de 1964 foi aprovado no Congresso Nacional o projeto de lei que extinguiu a UNE por 126 votos a favor, 117 contra e 5 abstenções¹¹. Era a chamada Lei Suplicy de Lacerda que colocava a UNE em clandestinidade.

No mesmo ano o movimento estudantil se mobilizou contra a Lei Suplicy de Lacerda, tendo a UNE realizado um plebiscito indagando aos estudantes se eles concordavam com a lei ou não. Conforme informação de Arthur Poerner 92,5% dos estudantes se declararam contrários a lei¹².

Marcelo Ridenti aponta que:

⁸ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 6ª edição. 2ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 70.

⁹ POERNER, Arthur José. O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 267-268.

¹⁰ SANFELICE, José Luís. José Luis. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 84.

¹¹ POERNER, Arthur José. Obra citada, p. 243.

¹² POERNER, p. 273.

(...) depois de 1964, foram diminuindo os recursos governamentais para o ensino superior, as verbas do Ministério da Educação 'caíram de 11% para 7,7% de 1965 a 1968, no total do orçamento da União, e as verbas do MEC repassadas para as universidades também caíram proporcionalmente, de modo que as federais tiveram seu orçamento diminuído em mais de 30% (Martins Filho, 1987, p. 123). A falta de verbas para a educação e a contenção de investimentos governamentais no ensino superior (que na sua maior parte era público, na época, sendo que mesmo as faculdades privadas eram, em geral, ligadas a entidades religiosas que não visavam lucro, caso das universidades católicas), implicava um congelamento na oferta de vagas nas faculdades, enquanto a procura aumentava drasticamente. Naqueles anos, um problema que mobilizava os estudantes e suas famílias era o dos chamados excedentes, aprovados nos vestibulares com média superior a cinco (em dez possíveis), mas que não podiam freqüentar as escolas superiores, pois as poucas vagas disponíveis eram ocupadas pelos alunos com as melhores notas nos exames. Para se ter uma ideia, o número de vagas disponíveis no ensino superior brasileiro em 1964 era de 57.342, tendo passado apenas a 58.752 em 1966, período em que o número de excedentes crescera de 40.139 para 64.627. 'Quando, em 1967, procurou-se compensar esta tendência, com um aumento de vagas da ordem de 35%, a grave crise dos excedentes já não pôde ser contornada'. Em 1968, havia 89.582 vagas e 125.414 excedentes!¹³.

Em 23 de junho de 1965¹⁴ o MEC firmou um acordo com a United States Agency for International Development (USAID), no que ficou conhecido como Acordo MEC-USAID. Este acordo, segundo Maria Paula Araujo, foi a resposta da ditadura à luta pela reforma universitária que os estudantes travavam desde o início dos anos 1960. A reforma no projeto governamental seria realizada com apoio do governo dos Estados Unidos, tendo por objetivo introduzir no Brasil o modelo educacional norte-americano¹⁵. Os estudantes denunciaram o acordo como uma forma de interferência

¹³ RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 124 e 125.

¹⁴ Idem, p. 99.

¹⁵ Como informa Rodrigo Patto Sá Motta a estrutura básica das universidades era criticada naquele momento. As universidades eram organizadas por cátedras, ou seja, docentes prestigiados, bem-remunerados, com cargos vitalícios, que controlavam as estruturas decisórias principais como as congregações e os conselhos universitários. O tema da reforma universitária era discutido tanto por parte dos estudantes, quanto dos docentes. Os primeiros desejavam uma universidade crítica e popular, na qual os estudantes pudessem ter participação política; sugeriam ainda mudanças nas estruturas decisórias internas, com uma divisão mais igualitária das vagas nos órgãos dirigentes (congregações e conselhos universitários). Já os docentes, também apoiavam as reformas, principalmente os mais jovens que eram mal remunerados e se dedicavam a dar inúmeras aulas ou aqueles que se dedicavam as atividades de pesquisa, sendo que uma das propostas era a extinção do sistema de cátedras e a implantação de departamentos, como no modelo norte-americano, dinamizando as atividades de docência e pesquisa. Mas nem todos os docentes favoráveis as reformas acompanhavam a pauta do movimento estudantil, pois achavam algumas propostas radicais e inapropriadas. Havia também oposição as reformas dentro das universidades, principalmente por parte dos catedráticos e dos líderes de faculdades tradicionais. Nos meios empresariais e entre técnicos da áreas econômicas uma proposta era cobrar mensalidades dos estudantes universitários, sendo que alguns defendiam a cobrança universal e outros propunham que apenas estudantes de renda mais altas pagassem. Em um seminário do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) realizado no segundo semestre de 1964 surgiu a proposta que as universidades, embora continuassem vinculadas ao poder público, arrecadassem parte de seus recursos cobrando taxas de

americana na educação brasileira. Em muitas universidades os estudantes fizeram uma ampla campanha contra a implantação do Acordo MEC-USAID, mas muitos de seus pontos foram implantados através da reforma universitária e do ensino realizada em 1968¹⁶.

Segundo o CPDOC:

Para a execução desse acordo, a ser realizada através da Diretoria do Ensino Superior do MEC, ficou determinada a constituição de uma equipe mista, composta de cinco membros de cada país. Esta equipe atuaria junto ao MEC com o nome de Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), depois Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), cabendo-lhe: a) fazer uma análise em profundidade da situação desse nível de ensino no país e determinar o que constituiria um sistema de ensino superior ideal para o Brasil; b) estabelecer confrontos entre as características ideais e as necessidades constatadas; c) apresentar, de modo a chegar a um plano de longo alcance para o desenvolvimento, medidas necessárias à execução do plano, mediante reformas consideradas necessárias ao sistema; e d) finalmente, desenvolver todo um esforço de planejamento, a fim de garantir um equilíbrio essencial entre análise e ação¹⁷.

Os defensores do acordo argumentavam que os técnicos brasileiros não teriam condições de realizar a tarefa, sendo assim necessária a assessoria de técnicos familiarizados com a organização das universidades norte-americanas. Já os críticos ao acordo atacavam a cópia do modelo norte-americano¹⁸.

Marcos Napolitano relata que entre os anos de 1964 e 1968 o governo militar combinou medidas repressivas às organizações estudantis com medidas de reformas nas estruturas universitárias. Ele cita que:

Na ótica repressiva, temos como exemplo a Lei Suplicy (1964) e o Decreto nº 477 (1969), os quais estabeleciam restrições e sanções às atividades políticas dos estudantes (entidades estudantis autônomas da estrutura administrativa, greves, propaganda ideológica etc.). Na perspectiva da reforma, temos a Lei de Reforma Universitária, em 1968 (Lei nº 5.540, 23/11/1968), que consolidou a feição atual da universidade brasileira, criando os departamentos, o regime de créditos disciplinares e o vestibular classificatório (que, formalmente, acabava com o problema dos “excedentes”, foco de agitação da massa estudantil desde o começo da década). O governo militar buscava uma administração mais “racional” e centralizada da universidade, ao mesmo tempo que procurava despolitizar

alunos, como acontece no modelo norte-americano. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 66-73.

¹⁶ ARAUJO, Maria Paula. Obra citada, p. 158.

¹⁷ CUNHA, Luís Antônio. Verbete “Acordo MEC-USAID” in Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 16/10/2014.

¹⁸ Idem.

os cursos, aprofundando a especialização técnica entre professores e alunos. Em parte, tais medidas já tinham sido sugeridas nos relatórios de Rudolph Atcon, baseado no acordo MEC-USAID (U. S. Agency for International Development) e no Relatório Meira Matos (abril/1968) ¹⁹.

1968 foi um ano de grande efervescência no movimento estudantil e da juventude em geral, não só no âmbito nacional, mas internacionalmente. No Brasil grandes passeatas foram realizadas pelos estudantes contra o governo repressivo. No dia 28 de março de 1968 o estudante Edson Luís Lima Souto é morto quando a polícia reprimia uma manifestação no Restaurante Calabouço. A morte do estudante provoca uma grande mobilização contra o regime militar.

No dia 26 de junho do mesmo ano ocorre a Passeata dos Cem Mil, um dos grandes pontos de mobilização estudantil segundo Maria Paula Araujo²⁰.

Em outubro de 1968 a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP situada na Rua Maria Antônia no centro da cidade foi invadida pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), sendo que durante a ocupação um estudante foi baleado e morto²¹. Este estudante se chamava José Guimarães, um dos casos sob responsabilidade da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo²², e foi morto por membros do CCC e do DEOPS paulista, no conflito entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na Rua Maria Antônia. José foi morto por um membro do CCC e alcagüete policial de nome Osni Ricardo. Entre os policiais, foram reconhecidos o delegado Raul Nogueira de Lima, vulgo *Raul Careca*, e o comissário Otávio Gonçalves Moreira Jr., conhecido como *Otavinho*, membros do DOPS e, posteriormente, torturadores do DOI-CODI/SP.

O Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pelo assassinato de José Guimarães quando foi criada a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos em 1995. Primeiramente, foi apresentado à CEMDP um primeiro requerimento (327/96), que teve como relator João Grandino Rodas e foi indeferido

¹⁹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 90 e 361.

²⁰ ARAUJO, Maria Paula, p. 179 e 180.

²¹ Idem, p. 180.

²² À Comissão da Verdade do Estado de São Paulo coube a elaboração para o relatório final da Comissão Nacional da Verdade dos perfis referentes aos mortos e desaparecidos que nasceram ou morreram no Estado de São Paulo, e também aqueles que tenham tido uma militância significativa no Estado como Honestino Guimarães e Frei Tito de Alencar. No total foram elaborados 167 perfis, além desses a Comissão Estadual também fez mais 20 casos referentes à Guerrilha do Araguaia, sendo que esses casos não se referem a militantes que nasceram/morreram no Estado de São Paulo. A análise que será formulada é somente em cima do número de 167 mortos e desaparecidos políticos.

depois do pedido de vistas de Luís Francisco da Silva Carvalho, porque a maioria da CEMDP considerou que a morte não ocorrera em “*dependências policiais ou assemelhadas*”, visto que a Lei 9140/95 somente previa esta possibilidade de reparação. Algum tempo depois foi apresentado um novo requerimento (047/02) que quando de sua apreciação, não deixou margem a dúvidas de que a vítima morreu em virtude de violência policial com motivação política, e o relator João Batista Fagundes considerou que “[...] *sua morte foi conseqüência de um conflito de rua à época dos fatos apurados. E à luz da Lei 10.875 de 01/06/2004 [...], que hoje vigora sobre a matéria, é o quanto basta para julgar procedente o presente pedido*”. O caso foi deferido por unanimidade, em 7 de outubro de 2004.

Em outubro de 1968, na pequena cidade de Ibiúna (SP), mais de setecentos estudantes foram presos no XXX Congresso da UNE. O local não tinha infraestrutura para receber tantos estudantes, o que ficou mais grave porque choveu durante a maioria dos dias. No dia 12 de outubro, a polícia invadiu o local onde se realizava o Congresso, prendendo os estudantes²³. A prisão de todos estes estudantes, inclusive várias lideranças, foi extremamente importante para o trabalho da repressão, visto que todos foram fichados no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A maioria dos estudantes foi liberada em pouco tempo, enquanto alguns líderes ficaram presos por um período. Foi o caso de José Dirceu, Luís Travassos, Helenira Resende de Souza Nazareth²⁴, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas²⁵ e Vladimir Palmeira.

²³ Angélica Muller explica em detalhes a organização do Congresso de Ibiúna em seu texto “O Congresso de Ibiúna: uma narrativa a partir da memória dos atores”. In: FICO Carlos e ARAUJO, Maria Paula (org.). 1968: 40 anos depois – História e Memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 63 – 77.

²⁴ Helenira Resende de Souza Nazareth foi libertada após o Congresso de Ibiúna por meio de um *habeas corpus* alguns dias antes da decretação do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968, passando a viver em seguida na clandestinidade até se mudar para a região do Araguaia. O Relatório Arroyo, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou ao cerco militar à região em 1974, descreveu sua morte: “No dia 29 de setembro, houve um choque do qual resultou a morte de Helenira Resende. Ela, juntamente com outro companheiro, estava de guarda num ponto alto da mata para permitir a passagem, sem surpresas, de grupos do destacamento. Nessa ocasião, pela estrada vinham tropas. Como estas achassem a passagem perigosa, enviaram “batedores” para explorar a margem da estrada, precisamente onde se encontrava Helenira e o outro companheiro. Este quando viu os soldados, acionou a metralhadora, que não funcionou. Ele correu e Helenira não se deu conta do que estava sucedendo. Quando viu, os soldados já estavam diante dela. Helenira atirou com uma espingarda 16. Matou um. O outro soldado deu uma rajada de metralhadora que a atingiu. Ferida, sacou o revólver e atirou no soldado, que deve ter sido atingido. Foi presa e torturada até a morte. Elementos da massa dizem que seu corpo foi enterrado no local chamado “Oito Barracas”. Em declarações feitas na Justiça Militar, a presa política Elza de Lima Monnerat denunciou o assassinato de Helenira sob tortura, após ter sido baleada nas pernas. O relatório do Ministério Público Federal de São Paulo, assinado pelos procuradores Marlon Alberto Weichert, Guilherme

No dia 13 de dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5. Este Ato colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas

Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr, de 28/01/2002, também registra a partir de depoimentos tomados de moradores da área, quase 30 anos depois: “Fátima: Helenira Rezende, foi vista por um depoente, baleada na coxa e na perna, sendo carregada em cima de um burro de um morador da região, próximo à localidade de Bom Jesus. Outro depoente ouviu referências de que Fátima foi vista na base de Oito Barracas. E um terceiro conta que ‘ouviu falar’ ter Fátima chegado já morta em Oito Barracas, em função de ferimentos”. Os procuradores também registram como possível local de sepultamento as proximidades do igarapé Taurazinho, na base de Oito Barracas. Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95 (dados do perfil de Helenira). A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo realizou a 18ª audiência pública sobre os casos das mulheres paulistas desaparecidas no Araguaia, Helenira Resende de Souza Nazareth, Luiza Augusta Garlippe, Maria Lucia Petit da Silva, Suely Yumiko Kanayama no dia 07/03/2013. No dia 09 de setembro de 2014 a CNV ouviu o depoimento do professor universitário e advogado da União aposentado, Carlos Orlando Fonseca de Souza, ex-soldado conscrito do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, de Belém, que atuou na campanha do Exército contra a Guerrilha do Araguaia no ano de 1972. Souza afirmou em seu depoimento que soube, por intermédio de conversas com outros soldados que integravam um pelotão que atuou na região do município de Bom Jesus, no Sul do Pará, que a morte da guerrilheira Helenira Rezende de Souza Nazareth se deu em combate, numa troca de tiros entre ela e os três militares. Ele disse nunca ter ouvido desses ex-colegas a versão, publicada no livro *Direito à Memória e a Verdade*, de que a guerrilheira foi torturada antes de ser eliminada pelos militares. Segundo Souza, após a morte da guerrilheira, a casa onde estavam os militares, localizada na mata, teria sido atacada por três dias pelos guerrilheiros que estariam tentando resgatar Helenira. Só então, após três dias sendo transportado no lombo de um burro, o corpo da guerrilheira foi entregue a oficiais e levado, provavelmente, para a localidade de Oito Barracas (informação do site da CNV).

²⁵ Antonio Guilherme Ribeiro Ribas foi presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) em 1967 e, no ano seguinte, seria provavelmente eleito presidente da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Foi detido pelo DOPS, juntamente com a ex-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Catarina Meloni, durante manifestação contra a presença do presidente Costa e Silva em solenidade pelo Dia da Independência, 7 de setembro. Foi libertado mediante habeas-corpus uma semana antes de ser novamente detido, em Ibiúna, no 30º Congresso da UNE. Condenado pela 2ª Auditoria do Exército, de São Paulo, em setembro de 1969, a um ano e seis meses de prisão, passou por várias unidades prisionais: Tiradentes (duas vezes), Delegacia de Polícia da Rua 11 de Junho (Vila Mariana), Quartel do Batalhão de Caçadores (São Vicente), Forte de Itaipu (Praia Grande), Casa de Detenção de São Paulo e Quartel de Quitaúna (Osasco). Nesse período, seus parentes sofreram violências e abusos por parte dos policiais. Libertado em abril de 1970, passou a morar em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, continuando com sua militância clandestina no PCdoB. Ao final do ano, mudou-se para a região do Gameleira, no Araguaia. Antes, teve um último encontro com o irmão. A família, porém, só voltaria a ter notícias suas em 1973, através de Francisco Romanini, detido pela OBAN, que ouvira falar de suas atividades na guerrilha. Em 1975, julgado à revelia, foi absolvido. O relatório apresentado pelo Ministério do Exército, em 1993, registra que “Antônio Ribas, durante encontro com uma patrulha na região do Araguaia, conseguiu evadir-se, abandonando documentos nos quais usava o nome falso de José Ferreira da Silva”. Mais adiante o relatório informa: “teria morrido em confronto com as forças de segurança”. Esse relato se aproxima das informações do relatório Arroyo, onde consta que no dia 28 ou 29 de novembro de 1973, ao se encontrarem com uma patrulha do Exército, “Jaime (Jaime Petit da Silva) e Ferreira (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas) ficaram desligados do grupo”. Já o relatório da Marinha registra a informação equivocada de que teria morrido, “em 20 de fevereiro de 1973”. Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número com o número 102/96. (dados do perfil de Antonio Guilherme Ribeiro Ribas). A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo realizou a 31ª audiência pública sobre os casos dos guerrilheiros desaparecidos no Araguaia, nascidos em São Paulo ou que tiveram atuação política principalmente nesse Estado: Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, Gilberto Olimpio Maria, Miguel Pereira dos Santos, Manoel José Nurchis, Orlando Momente, Cilon da Cunha Brum, Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, Jaime Petit da Silva, Lucio Petit da Silva no dia 12/04/2013.

Estaduais (artigo 2º); permitiu novamente a cassação dos direitos políticos (artigo 4º); suspendeu as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, mas a medida mais grave estava em seu artigo 10 que suspendeu a garantia de *habeas corpus* para os crimes políticos contra a Segurança Nacional. Os presos políticos não tinham mais como se livrar das prisões ilegais feitas pelo Estado.

Nas palavras de Elio Gaspari:

Baixado o AI-5, 'partiu-se para a ignorância'. Com o Congresso fechado, a imprensa controlada e classe média de joelhos pelas travessuras de 1968, o regime bifurcou a sua ação política. Um pedaço, predominante e visível, foi trabalhar a construção da ordem ditatorial. Outro, subterrâneo, que Delfim Netto chamava de 'a tigrada', foi destruir a esquerda. Faziam parte do mesmo processo, e o primeiro acreditava que o segundo seria seu disciplinado caudatário. Desde 1964, a máquina de repressão exigia liberdade de ação. Com o AI-5, ela teve e foi à caça²⁶.

Diferentemente dos Atos Institucionais anteriores, o AI-5 não tinha um prazo de vigência pré-determinado. Este Ato colocou o Brasil de vez dentro da doutrina da Segurança Nacional, pois as prisões, as torturas, os desaparecimentos aumentaram. Foi o golpe dentro do golpe.

Outro fato marcante no ano de 1968 para o movimento estudantil é a invasão do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) ocorrida no dia 17 de dezembro. Segundo a Revista ADUSP:

(...) quatro dias depois da decretação do AI-5, o Crusp foi invadido de madrugada pelas Forças Armadas, com muitos veículos, inclusive tanques de guerra. Cerca de 1.200 estudantes foram presos e levados, em sua maioria, para o Presídio Tiradentes. 'Alguns dos que foram presos sem tortura e depois libertados foram novamente presos e aí sofreram violenta tortura', diz [Mouzar] Benedito, que, preso na invasão, passou quatro dias no Presídio Tiradentes, mas não foi torturado. 'Eu tive a sorte de ser interrogado no DOPS sem tortura. Então meu nome ficou fichado lá, mas teoricamente eles não precisavam mais me interrogar', acrescenta. Após a invasão, o Crusp foi, então, fechado pelos militares, e os estudantes presos não tiveram para onde ir após serem libertados. Apartamentos haviam sido até mesmo saqueados pelos militares, que levaram pertences pessoais dos cruspianos, como roupas, livros e outros objetos²⁷.

Em fevereiro de 1969 foi promulgado o Decreto-lei nº 477, que proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores e

²⁶ GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 345.

²⁷ SANSÃO, Luiza. CRUSP, "Foco de irradiação subversiva" In **REVISTA ADUSP**, outubro de 2012, edição nº 53, p. 68.

estabelecia punições sumárias como à expulsão do estabelecimento a quem o violasse²⁸. Era o AI-5 do meio estudantil.

O Decreto previa as seguintes infrações e punições:

“Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional “.

Dos casos analisados pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, Gildo Macedo Lacerda é um exemplo de estudante expulso da Universidade por meio do Decreto-Lei 477. Após a sua expulsão transferiu-se para São Paulo (SP) e, em seguida, para o Rio de Janeiro (RJ), já atuando na clandestinidade e buscando fugir às perseguições impostas pela ditadura. Foi eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante a gestão 69/70, a última diretoria antes da desarticulação total da entidade pela repressão política. Deslocou-se, em 1972, para Salvador, Bahia, quando fazia parte da Direção Nacional da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Nesse mesmo ano casou-se com Mariluce Moura. Gildo e sua esposa foram presos em 22 de outubro de 1973, em Salvador, no Quartel do Barbalho, pelo Exército, e imediatamente conduzidos às câmaras de tortura. Mariluce, que estava grávida, foi libertada alguns dias depois, e não mais o viu.

²⁸ ARAUJO, Maria Paula, p. 191.

Gildo foi transferido para o DOI-CODI do IV Exército, no Recife, onde foi torturado até a morte, em 28 de outubro de 1973. A família de Gildo luta até hoje pela localização de seus restos mortais, o esclarecimento das circunstâncias de sua morte e por um sepultamento digno, pois o seu corpo não foi entregue à família²⁹.

Somente no dia 16 de agosto de 1979 foi publicada a Lei 6680, que revogou o Decreto-lei 477. Não se sabe ao certo o número de atingidos por essas medidas, sendo necessário ainda um estudo sobre o tema.

A repressão aos estudantes continua. Em março de 1973, o estudante de Geologia da USP, Alexandre Vannuchi Leme, é preso e morre sob torturas, mas a ditadura fala que ele teria morrido em um atropelamento³⁰. Os estudantes protestam. Dom Paulo Evaristo Arns realiza a missa do sétimo dia na Catedral da Sé. Para muitos estudantes este é um momento de retomada do movimento estudantil.

Jordana de Souza Santos afirma que:

O ME voltou ao cenário político por volta de 1975 com a greve da Escola de Comunicação e Artes (ECA) /USP, a greve da UFBA, a greve das Humanas na Unicamp. Neste ano, também voltaram a ter forte influência no ME as chamadas tendências políticas que eram representantes dos partidos e organizações políticas que ainda continuavam clandestinos. As que mais se

²⁹ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 90ª audiência pública sobre o caso de Gildo Macedo Lacerda no dia 25 de outubro de 2013.

³⁰ Alexandre Vannucchi Leme foi preso pelos agentes do DOI-CODI/SP no dia 16 de março de 1973. Foi torturado durante todo o dia 16 pela Equipe C, integrada pelos delegados Dr. Jorge, Dr. Tomé, pelo escrivão Gaeta, pelo tenente PM Mário, pelo investigador Oberdam e pelo carcereiro Marechal. As torturas prolongam-se pela noite. Os 20 presos políticos que se encontram nas sete celas do DOI-CODI ouvem os gritos e gemidos de Alexandre. Nos intervalos da tortura, ele é reconduzido ao x-zero, a cela forte, totalmente escura. No dia seguinte, é conduzido para a sala de torturas, ainda caminhando com os próprios pés, sendo torturado pela Equipe A, dos delegados Dr. José e Dr. Tomé e outros. Ao meio-dia, os presos políticos vêem que ele é trazido de volta para a solitária já carregado. Entre 16h e 17h, o carcereiro Peninha vai buscá-lo para nova sessão de tortura e o encontra morto. Os presos políticos recebem ordem de ficar no fundo das celas para nada verem. Os torturadores Caio, Alemão, Silva, Rubens, Dr. Jacó, Dr. José vão todos ao x-zero ver o jovem morto. Alexandre é retirado da cela, que em seguida é lavada. Todas as outras são revistadas à procura de objetos cortantes. O carcereiro diz que Alexandre tentou o suicídio e tinha sido levado ao hospital. A morte de Alexandre foi justificada como suicídio pelos torturadores, diante dos protestos dos demais presos políticos que se encontravam no DOI-CODI/SP. O "suicídio", conforme a primeira versão da repressão teria ocorrido por meio do uso de uma lâmina de barbear. Os órgãos de segurança divulgaram sua morte apenas em 23 de março de 1973. A segunda versão apresentada pela repressão e divulgada na imprensa era a de que Alexandre fora atropelado ao tentar fugir da prisão, conforme as notícias publicadas nos jornais A Gazeta e Jornal da Tarde. Segundo o atestado de óbito, a morte de Alexandre ocorreu em 17 de março. Seus dados de identificação eram conhecidos pela polícia, conforme as informações do próprio atestado. Alexandre, porém, foi sepultado como indigente, sem caixão, em cova rasa forrada de cal virgem, a fim de que a decomposição do corpo fosse acelerada e apagadas as marcas evidentes das torturas que o levaram à morte. A necropsia assinada pelos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão, em 22 de março de 1973, confirmou a falsa versão oficial, segundo a qual Alexandre teria se atirado sob um veículo, sofrendo contusão na cabeça. A certidão de óbito atesta que sua morte ocorreu em 17 de março, após atropelamento na Rua Bresser, em São Paulo, quando era levado ao Hospital das Clínicas. (dados do perfil de Alexandre Vannucchi Leme escrito pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo).

destacaram foi Liberdade e Luta (trotskista), Refazendo (AP) e Caminhando (PC do B). As tendências deram um novo tom à luta estudantil, ajudaram a recuperar o ME. A principal bandeira levantada pelas tendências era a luta por liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita. A luta estudantil dos anos finais da década de 70 pautou-se nestas reivindicações e na reconstrução da UNE³¹.

Em 1976 são realizados o I e o II Encontro Nacional de Estudantes em São Paulo³². Mas é 1977 que marca a volta dos estudantes às ruas.

Em junho daquele ano os estudantes tentaram realizar o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE) na Universidade Federal de Minas Gerais. Delegados estudantis do país inteiro foram para Belo Horizonte, mas o local onde seria realizado o encontro é cercado pelo Exército, sendo que muitos ônibus de estudantes são parados ainda nas estradas, causando um número elevado de prisões e frustrando a realização do Encontro. Os estudantes não desistem de realizá-lo e marcam o III ENE para setembro na USP. No dia marcado, o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Erasmo Dias ocupa a Cidade Universitária e coloca policiais em locais estratégicos nas vias de acesso à universidade. Os estudantes se reúnem na Faculdade de Medicina da USP, que fica fora da Cidade Universitária para discutir como realizar o encontro, e o local é cercado pela polícia, sendo os estudantes presos. Os estudantes decidem fazer o Encontro na PUC-SP, no qual o único ponto a ser discutido era avançar na reconstrução da UNE, e conseguem realizar o Encontro. Felizes pela vitória alcançada sob a repressão decidem que naquela noite fariam uma festa na PUC-SP para comemorá-la, entretanto, ao ouvir na rádio sobre a realização bem-sucedida do III ENE, o coronel Erasmo Dias decide invadir a PUC. O resultado da invasão foi a depredação da universidade, destruição de livros na biblioteca, pânico e tumulto, estudantes foram feridos, espancados pela polícia e duas alunas sofreram graves queimaduras provocadas pelas bombas lançadas pelos policiais³³.

No III ENE foi criada a Comissão Pró-UNE com a função de encaminhar o processo de reorganização da entidade.

³¹ SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. Revista Aurora, ano III, nº 5, dezembro/2009, p. 107. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br//Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>>. Acesso em 29/09/2014.

³² ROMAGNOLI, Luiz Henrique e GONÇALVES, Tânia. A volta da UNE – de Ibiúna a Salvador. História Imediata, nº 5. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 21.

³³ ARAUJO, Maria Paula, p. 223-225.

O próximo passo foi a realização do XXXI Congresso da UNE em Salvador em 1979, chamado de congresso da reconstrução da entidade. O presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia naquele momento, Ruy César, conta que decidiu procurar o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, para solicitar um local no qual pudesse ser realizado o Congresso, já que na universidade não havia espaço. O governador cedeu o Centro de Convenções da Bahia, que foi inaugurado com o congresso da UNE. Ao mesmo tempo em que tiveram apoio do governo estadual, o governo federal proibiu a realização do evento, entretanto, o governador manteve a promessa da cessão do local³⁴.

Dez mil estudantes se reuniram no Plenário para o Congresso de Reconstrução da UNE, gritando “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz³⁵”.

2. Estudantes mortos e desaparecidos do Estado de São Paulo

A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo ficou responsável pela elaboração dos perfis dos mortos e desaparecidos políticos de São Paulo, sendo o critério de definição dessa competência aqueles que nasceram ou morreram/desapareceram no Estado de São Paulo, o que resultou no número de 167 casos³⁶.

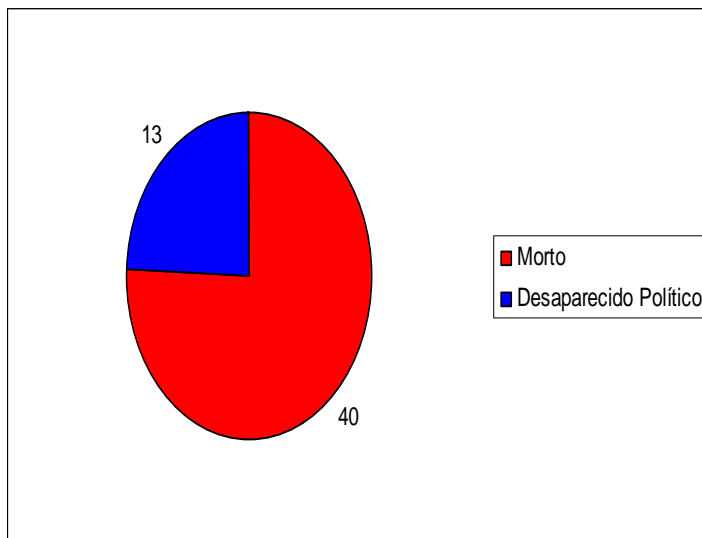
Analisando-se o número de mortos ou desaparecidos políticos paulistas foi constatado que cinquenta e três eram estudantes.

Desse total como demonstra o gráfico abaixo, 40 são considerados mortos e 13 desaparecidos políticos.

³⁴ ARAUJO, Maria Paula, p. 229 e 231.

³⁵ ROMAGNOLI, Luiz Henrique e GONÇALVES, Tânia. Obra citada, p. 45.

³⁶ Como explicado anteriormente na nota de rodapé número 15 a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo elaborou os perfis de mais 20 casos referentes à Guerrilha do Araguaia.



Morto	40
Desaparecido Político	13

Marcelo Ridenti aponta que:

Foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (906; 24,5% do total de 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas (583; 30,7% dos 1.897 denunciados por organizações guerrilheiras urbanas típicas³⁷). Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos entre 1966 e 1968. Quando se tomam os dados referentes a organizações que atuavam desde antes de 1964, é possível mostrar que o peso proporcional que os estudantes tinham então nessas organizações era muito menor do que aquele que viriam a representar na composição das esquerdas nos anos seguintes. (...) ³⁸.

Em artigo apresentado no Seminário Internacional História Contemporânea: Memória, Trauma e Reparação, Gislene Edwiges de Lacerda, afirma que:

Devido à repressão muitos estudantes optaram pela luta armada e se vincularam a organizações revolucionárias como a ALN, COLINA, MR-8,

³⁷ Marcelo Ridenti aponta a porcentagem de estudantes integrantes das organizações de esquerda no Brasil (os dados se referem somente aos que foram processados judicialmente e foram feitos com base no Projeto Brasil Nunca Mais, sendo que constam somente as organizações com maior número de militantes e nos processos onde foi possível ter as ocupações identificadas): ALA – 17,5% (20); ALN – 29,3% (134); AP – 31,1% (123); COLINA – 51,0% (26); CORRENTE – 36,5% (27); DI-DF – 3,1% (1); DVP – 9,1% (2); FALN – 24,4% (10); Grupos de 11 – 2,1% (2); MAR – 21,4% (3); MEL – 18,8% (3); MOLIPO – 40,0% (4); MR-8 – 49,3% (74); MRM – 14,3% (1); PCdoB – 24,1% (56); PCB – 6,3% (38); PCBR – 39,8% (80); PCR – 33,4% (9); POC – 40,6% (50); POLOP – 26,2% (21); PORT – 20,6% (29); PRT – 6,9% (2); RAN – 7,9% (3); VAR – 33,2% (80); VPR – 19,7% (24); vários grupos – 33,2% (83). O total é de 24,5% (906). Ver: RIDENTI, Marcelo. Obra citada, p. 275-276.

³⁸ RIDENTI, Marcelo. Obra citada, p. 114.

VAR-Palmares, entre várias outras. Outros passaram a viver na clandestinidade, dispersos pelo país e atuando em outras frentes. Muitos tiveram que deixar seus estudos nas faculdades devido à intensa perseguição que sofreram do regime e, vivendo na clandestinidade, assumiram outros nomes, distanciaram de suas famílias, assumiram outra vida, para poder preservar sua verdadeira³⁹.

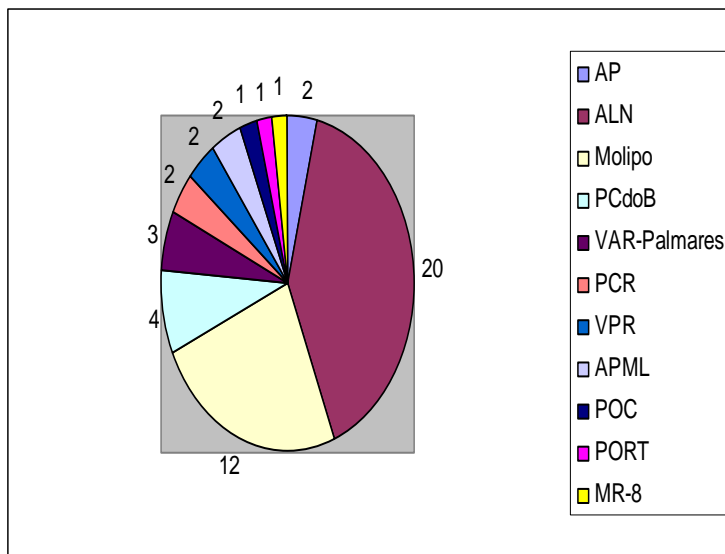
Marcelo Ridenti afirma que a proporção de estudantes nas organizações armadas é em torno de 30%, sendo que o mesmo também ocorre nas organizações que não defendem a luta armada como a AP (30,1%) e a POLOP (26,2%). No caso da COLINA a porcentagem seria de 51% (26 processados), por se tratar de uma organização tipicamente estudantil. Já no MR-8 a porcentagem seria de 49,3% (dos 150 processados com ocupação conhecida, 74 eram estudantes). Outra organização com número elevado de estudantes foi o POC (40,6%). Ridenti aponta que

A porcentagem de estudantes em torno de 30% nos grupos armados, embora alta, provavelmente ainda esteja abaixo de sua presença real nesses grupos, pois muitos deles não se dedicavam ao estudo em tempo integral, trabalhando para, supostamente, poder dar continuidade à sua formação. Presumivelmente também eram estudantes muitos dos que aparecem qualificados nos dados estatísticos em outras ocupações (da mesma forma, por sua vez, é de se presumir que muitos dos qualificados como estudantes tivessem uma atividade profissional, podendo ser classificados empiricamente em outros itens ocupacionais aqui propostos). (...) ⁴⁰.

É possível se verificar a participação estudantil nas organizações de luta armada, foi o que se constatou na análise dos dados em relação aos estudantes paulistas mortos ou desaparecidos políticos. O que se constatou foi que a ALN e o MOLIPO foram as organizações com mais militantes atingidos, conforme demonstra o gráfico abaixo.

³⁹ LACERDA, Gislene Edwiges de Movimento Estudantil, memória e justiça de transição: na busca pelo sentido do passado, p. 4. Anais do Seminário Internacional História Contemporânea: Memória, Trauma e Reparação. Disponível em: <http://seminariomemoriatraumaereparacao.weebly.com/upload/1/4/8/8/14881944/lacerda_gislene_edwiges.pdf>. Acesso em 13/10/2014.

⁴⁰ RIDENTI, Marcelo. Obra citada, p. 114-116.



AP	2
ALN	20
Molipo	12
PCdoB	4
VAR-Palmares	3
PCR	2
VPR	2
APML	2
POC	1
PORT	1
MR-8	1

Sheila Cristina Santos em sua dissertação de mestrado junto a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, afirma que:

Fundada ainda o ano de 1968, a ALN destacou-se como uma das principais organizações de esquerda no país, cuja atuação ganhou destaque devido às sucessivas ações armadas nas cidades. Para que fosse estruturada, a ALN contou com uma rede nacional de apoio, na qual o próprio Marighella desempenhou a função de interlocutor. No quadro da organização estavam muitos jovens oriundos do movimento estudantil⁴¹.

A ALN como demonstra o gráfico acima foi a organização com maior número de estudantes mortos ou desaparecidos políticos.

Um dos casos de estudante integrante da ALN que foi morto é o de Alex de Paula Xavier Pereira, morto em 20 de janeiro de 1972. Alex participou do movimento

⁴¹ SANTOS, Sheila Cristina. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a reparação do Estado às vítimas da ditadura militar no Brasil, p. 184. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

estudantil secundarista e foi diretor do Grêmio do Colégio Pedro II, no Rio, em 1968, com Luiz Afonso de Almeida, Aldo de Sá Brito e Marcos Nonato da Fonseca – estes dois últimos também assassinados pela ditadura instaurada em 1964. Conheceu desde cedo a perseguição e a repressão que atingiu sua família com o golpe de Estado de 1964 e ingressou, ainda muito jovem, no PCB. Era irmão de Iuri Xavier Pereira, assassinado pela repressão política em 14 de junho de 1972. No PCB, alinou-se com aqueles que defendiam a luta armada contra a ditadura, unindo-se ao grupo liderado por Carlos Marighella, e ingressou na ALN. Participou de curso de guerrilha em Cuba e a foto de seu rosto apareceu em diversos cartazes distribuídos pelo país, com o título “*Terroristas Procurados*”. Tornou-se chefe de um Grupo Tático Armado da ALN, empreendendo intensa atividade política. Passou a viver na clandestinidade e respondeu à revelia a alguns processos na Justiça Militar.

A versão oficial de sua morte divulgada pela imprensa foi, conforme

“O Estado de S. Paulo, de 22 de março de 1972, a seguinte: O Volks de placa CK 4848 corre pela Avenida República do Líbano. Em um cruzamento, o motorista não respeita o sinal vermelho e quase atropela uma senhora que leva uma criança no colo. Pouco depois, o cabo Silas Bispo Feche, da PM, que participa de uma patrulha, manda o carro parar. Quando o Volks pára, saem do carro o motorista e seu acompanhante atirando contra o cabo e seus companheiros; os policiais também atiram. Depois de alguns minutos três pessoas estão mortas, uma outra ferida. Os mortos são o cabo da Polícia Militar e os ocupantes do Volks, terroristas Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher”.

A nota informou os nomes falsos usados por Alex e Gelson junto aos verdadeiros e, graças a essa informação, os familiares de Alex puderam encontrar seus restos mortais, em 1979, enterrado como indigente com o nome de *João Maria de Freitas*, no Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo em que assumiram a morte dos dois militantes e suas verdadeiras identidades por nota oficial, seus corpos foram enterrados com os nomes falsos. Os restos mortais de Alex foram trasladados para o Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1980, após a ação de retificação dos registros de óbito, junto com os de seu irmão, Iuri. Acerca do caso de Alex de Paula Xavier Pereira a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo realizou a 108ª audiência pública no dia 24/02/2014.

Um caso de uma estudante morta que integrava a ALN é Aurora Maria Nascimento Furtado. Aurora foi presa em 9 de novembro de 1972, no bairro de Parada de Lucas, Rio de Janeiro, durante uma batida policial realizada por uma patrulha do 2º Setor de Vigilância Norte, após rápido tiroteio, em que matou um

policial. Depois de correr alguns metros e esconder-se em vários lugares, Aurora foi aprisionada, viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado. Foi torturada desde o momento de sua prisão na presença de vários populares que se aglomeravam ao redor da cena. Aurora foi conduzida para a Invernada de Olaria, onde continuou sendo torturada por policiais do DOI-CODI/RJ e integrantes do Esquadrão da Morte.

Aurora viveu os mais terríveis tormentos nas mãos dos torturadores que, além de utilizarem os tradicionais pau-de-arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras, aplicaram-lhe a “coroa de Cristo”, ou *torniquete*, uma fita de aço que vai sendo gradativamente apertada, esmagando aos poucos o crânio da vítima.

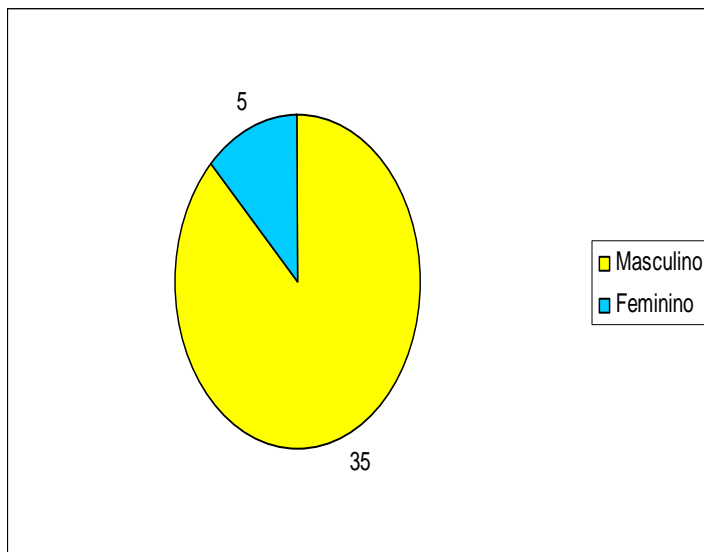
Em 10 de novembro, morreu em consequência das torturas, quando jogaram seu corpo crivado de balas na esquina das ruas Adriano com Magalhães Couto, no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Seu corpo chegou ao IML/RJ classificado como o de “*desconhecida*”, pela guia 43 da 26ª DP.

Em 11 de novembro de 1972, Aurora foi reconhecida no IML/RJ por seus pais e sua irmã, que constataram, além de hematomas e cortes profundos, o afundamento do crânio. Seu corpo foi trasladado para São Paulo em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto.

Acerca do caso de Aurora a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 30ª audiência pública no dia 10 de abril de 2013.

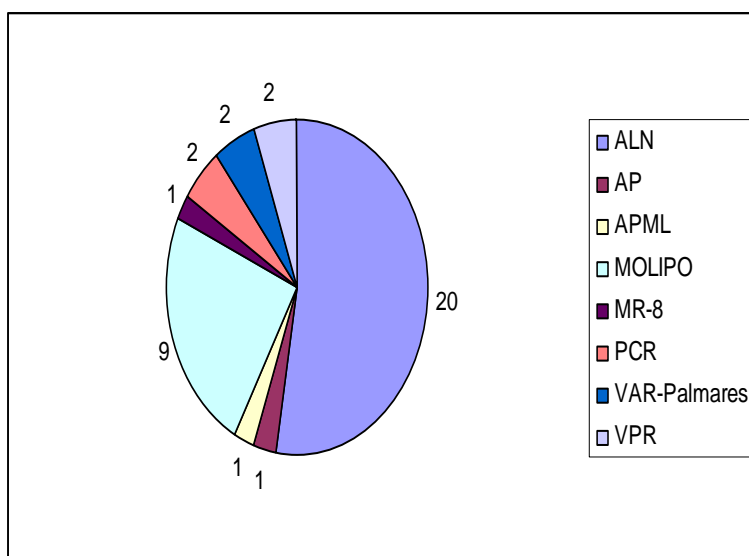
2.2 Análise do perfil dos estudantes paulistas mortos

Do total de mortos: 35 são do sexo masculino e 5 do feminino.



Masculino	35
Feminino	5

Se formos analisar os mortos por organização política, constataremos que:



ALN	20
AP	1
APML	1
MOLIPO	9
MR-8	1
PCR	2
VAR-Palmares	2
VPR	2

Se verificarmos os mortos por sexo e organização a que pertenciam, constata-se que das 5 mulheres mortas, 4 pertenciam a ALN (Ana Maria Nacinovic Corrêa⁴², Aurora Maria Nascimento Furtado⁴³, Catarina Helena Abi-Eçab⁴⁴ e Gastone Lúcia Carvalho Beltrão⁴⁵) e 1 pertencia ao MR-8 (Solange Lourenço Gomes⁴⁶).

Quanto à análise dos mortos do sexo masculino por organização: 16 pertenciam a ALN⁴⁷, 1 a AP⁴⁸, 1 a APML⁴⁹, 9 ao Molipo⁵⁰, 2 ao PCR, 2 a VAR-Palmares, 2 a VPR e 2 não pertenciam a nenhuma organização política⁵¹.

2.3 Análise dos estudantes paulistas desaparecidos políticos

Do total de desaparecidos políticos, constata-se que 9 são do sexo masculino e 4 do feminino.

⁴² A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 108ª audiência pública sobre o caso no dia 24 de fevereiro de 2014.

⁴³ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 30ª audiência pública sobre o caso no dia 10 de abril de 2013.

⁴⁴ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 42ª audiência pública sobre o caso de Catarina Helena e João Antônio Abi-Eçab no dia 16/05/2013.

⁴⁵ A Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo realizou a 119ª audiência pública sobre o caso, no dia 20/03/2014.

⁴⁶ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo realizou a 49ª audiência pública sobre o caso de Solange Lourenço Gomes no dia 7 de junho de 2013.

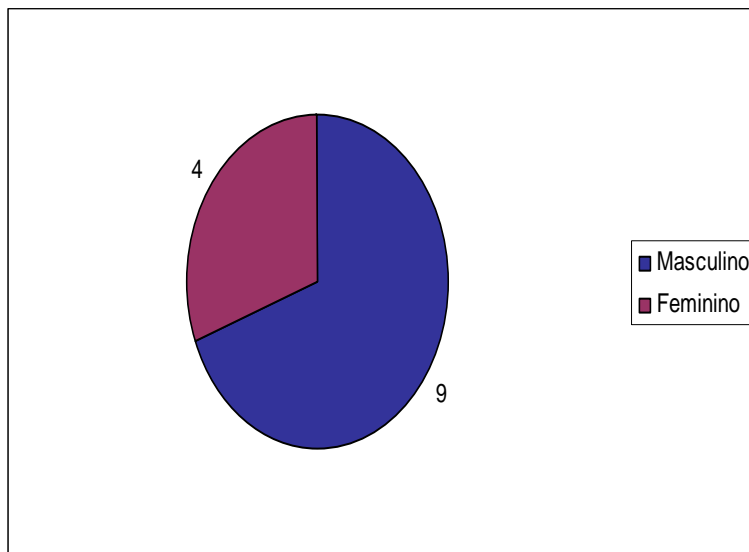
⁴⁷ Os 16 estudantes paulistas mortos do sexo masculino que integravam a ALN eram: Alex de Paula Xavier Pereira, Alexandre Vannucchi Leme, Antônio Carlos Bicalho Lana, Antonio Carlos Nogueira Cabral, Antônio Sérgio de Mattos, Eduardo Antônio da Fonseca, Francisco Emanuel Pentead, Gelson Reicher, Iuri Xavier Pereira, João Antônio Santos Abi-Eçab, Luiz Eurico Tejera Lisboa, Luiz José da Cunha, Manuel José Nunes Mendes de Abreu, Marcos Nonato da Fonseca, Ronaldo Mouth Queiroz e Sérgio Roberto Corrêa.

⁴⁸ O estudante morto que pertencia a AP era Luiz Hirata.

⁴⁹ O estudante morto que pertencia a APML era Gildo Macedo Lacerda.

⁵⁰ Os estudantes mortos que integravam o Molipo eram: Alexander José Ibsen Voerões, Carlos Eduardo Pires Fleury, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Frederico Eduardo Mayr, Hiroaki Torigoe, João Carlos Cavalcanti Reis, José Roberto Arantes de Almeida e Lauriberto José Reyes.

⁵¹ José Guimarães e Juan Antônio Carrasco Forratal. Em relação a este último a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo realizou a 72ª Audiência em 12 de agosto de 2013.



Masculino	9
Feminino	4

Das quatro desaparecidas políticas, 3 desapareceram na Guerrilha do Araguaia (Helenira Resende de Souza Nazareth, Maria Lúcia Petit da Silva e Suely Yumiko Kanayama⁵²) e 1 (Maria Augusta Thomaz⁵³) foi morta, juntamente com Márcio Beck Machado em maio de 1973 numa fazenda situada entre as cidades de Rio Verde e Jataí em Goiás, sendo que seu corpo nunca foi localizado.

Já em relação aos desaparecidos políticos do sexo masculino: 1 desapareceu na Guerrilha do Araguaia (Antônio Guilherme Ribeiro Ribas), 1 foi morto juntamente com Maria Augusta Thomaz (Márcio Beck Machado), 1 desapareceu no Rio de Janeiro (Honestino Monteiro Guimarães⁵⁴), 1 em São Paulo (Abílio Clemente Filho⁵⁵), 2 em Goiás (Ruy Carlos Vieira Berbert⁵⁶ e Marco Antônio Dias Baptista), 1 no Chile (Nelson de Souza Kohl⁵⁷) e 2 na Argentina (Sidney Fix Marques dos Santos e Luiz Renato do Lago Faria).

⁵² A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo realizou a 18ª audiência pública sobre os casos das mulheres paulistas desaparecidas no Araguaia, Helenira Resende de Souza Nazareth, Luiza Augusta Garlippe, Maria Lucia Petit da Silva, Suely Yumiko Kanayama no dia 07/03/2013.

⁵³ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 19ª audiência pública sobre o caso no dia 12 de março de 2013.

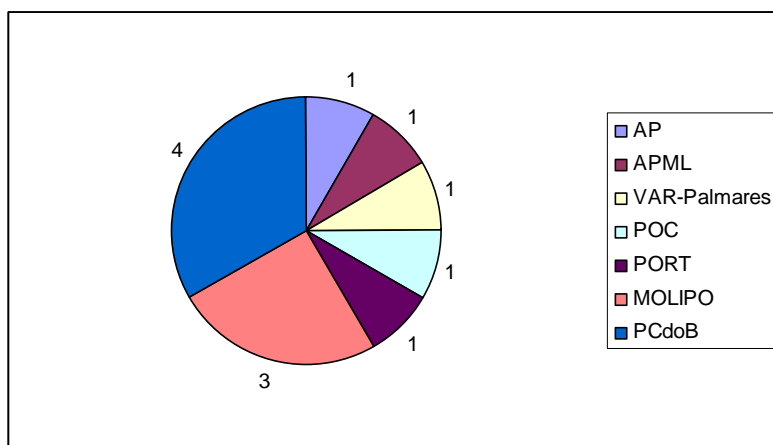
⁵⁴ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 12ª audiência pública sobre o caso no dia 26 de fevereiro de 2013.

⁵⁵ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 9ª audiência pública sobre o caso de Abílio Clemente Filho, realizada no dia 25 de fevereiro de 2013.

⁵⁶ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 103ª audiência pública realizada no dia 6 de dezembro de 2013 para oitiva de depoimentos sobre o caso Ruy Carlos Vieira Berbert.

⁵⁷ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fez a 68ª audiência pública sobre o caso de Nelson de Souza Kohl, no dia 29/08/2013.

Se formos analisar por organização política:



AP	1
APML	1
VAR-Palmares	1
POC	1
PORT	1
MOLIPO	3
PCdoB	4

2.4 Análise do ano de morte/desaparecimento

Segundo Elisabete Fernandes Basílio Tamas no artigo *A tortura em presos políticos e o aparato repressivo militar*:

A violência institucionalizada pelo Estado através da malha repressiva criada a partir de 1968 foi justificada pela luta armada, deflagrada por alguns grupos mais radicais de oposição – porém, a partir de 1972, a maior parte destas organizações não tinha mais poder de fogo. Muitos de seus integrantes e quase todos os seus líderes estavam exilados, presos, mortos ou “desaparecidos”. Os remanescentes não conseguiam mais manter as articulações entre os seus companheiros nem promover ações para captar recursos, tornando cada vez mais difícil a vida na clandestinidade. Os relatórios feitos neste período pelo Dops comprovam que os órgãos de repressão tinham plena ciência disto. Apenas o PC do B, com a Guerrilha do Araguaia, conseguiu impor resistência armada entre 1972 e 1974. Apesar dessa constatação, o aparato repressivo continuava a todo vapor, pois o que mais colaborou para o seu surgimento foi a guinada à direita que os militares deram durante os governos Costa e Silva e Médici. Com esta afirmação, não se pretende minimizar a luta armada no Brasil, mas resgatá-la como o segmento social que fez oposição aos governos militares de forma mais contundente, obrigando-os a mostrar a violência que eram capazes de aplicar aos seus opositores. A institucionalização da tortura como método de obtenção de informações e de confissões fez parte de um projeto político defendido pelos militares da linha-dura que, em determinado momento, conseguiram impor a Doutrina de Segurança Nacional como eixo

de condução política ante outras propostas existentes, inclusive entre os militares⁵⁸.

Se formos analisar o ano de perseguição constata-se que a maioria dos estudantes morreu/desapareceu nos anos de 1972 e 1973, ou seja, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici.

1968	3
1969	4
1970	1
1971	9
1972	18
1973	13
1974	1
1976	2
1980	1
1982	1

Conclusões

Os estudantes tiveram uma grande importância na luta contra o regime militar: foram às ruas, fizeram passeatas, lutaram pela reforma universitária, participaram da resistência contra o regime militar, seja integrando organizações de luta armada ou militando de outras maneiras.

Muitas organizações de lutas armadas possuíam um grande número de estudantes entre os seus integrantes, e, desta maneira, eles foram um grupo muito atingido pela repressão, sendo que dos 436 mortos e desaparecidos políticos levantados pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos 125 eram estudantes.

É necessário recuperar a história do movimento estudantil, a participação na luta contra o regime militar. É necessário também apurar todas as mortes e desaparecimentos políticos que atingiram a estudantes, responsabilizando os agentes estatais e demais envolvidos.

⁵⁸ TAMAS, Elisabete Fernandes Basílio. A tortura em presos políticos e o aparato repressivo militar, p. 642. *In*: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nº 29, tomo 2, p. 637-646, dezembro/2004.

Recomendações

1. Recomenda-se a criação de Memoriais (ou outro elemento simbólico análogo) em memória das vítimas da ditadura e em homenagem aos que a combateram nas universidades - nas instituições de ensino;
2. Valorização da memória das graves violações de direitos humanos praticadas contra os estudantes e contra o movimento estudantil, com iniciativas como: incentivo a publicação de livros, criação de memoriais, discussões em universidades e faculdades;
3. Introdução nas escolas e universidades nos currículos que tratem das violações aos direitos humanos praticadas durante o período da ditadura militar, com o fim de conscientizar da importância da não-repetição desses fatos
4. Incentivar pesquisas universitárias sobre propostas para a educação que o movimento estudantil tinha na época da ditadura;
5. Reconhecimento dos diplomas dos brasileiros que estudaram nos países socialistas (para entidades conselhos e universidades);